

Base cartográfica de dados em turismo: uma análise do litoral do paraná no contexto zona costeira sul.

Aline Pereira da Costa^{1*}

Ana Paula Alves Gomes^{2*}

Cinthia Maria de Sena Abrahão³

Palavras-chave: Litoral do Paraná. Costeira Sul. Mapas Temáticos. SIG.

1. Introdução

O presente artigo é um dos produtos da pesquisa intitulada Turismo no litoral do Paraná – conflitos territoriais e sustentabilidade, integra o plano de trabalho Dinâmicas territoriais decorrentes do fenômeno turístico nos municípios balneários do litoral do Paraná e busca analisar dados socioambientais e econômicos coletados na costa sul do Brasil, abrangendo os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O objetivo principal foi produzir mapas temáticos que refletem quadros socioeconômicos da região costeira sul brasileira, com destaque para os dados turísticos da costa paranaense.

A zona costeira brasileira é um espaço de intensa dinâmica territorial, marcada pela interação entre aspectos socioambientais, econômicos e turísticos. A ocupação humana nessa região, historicamente voltada para atividades pesqueiras e comunidades tradicionais, tem sido progressivamente transformada pela expansão do turismo em massa e pela especulação imobiliária. Esses processos geram conflitos territoriais e desafios à sustentabilidade, especialmente em um bioma tão sensível e biodiverso como a Mata Atlântica, que abriga ecossistemas costeiros fundamentais, como manguezais, restingas e dunas (Vitte, 2003).

Conforme definida pelo IBGE (2021), a zona costeira constitui um espaço geográfico de interação entre terra, mar e atmosfera, sendo uma das áreas de maior densidade

¹ Bacharel em Ciências Ambientais. Bolsista PIBIC UFPR 2023-24. <http://lattes.cnpq.br/7558250829906316>. pereira.alinec@gmail.com.

² Graduanda em Gestão de Turismo. Bolsista PIBIC UFPR. <http://lattes.cnpq.br/1437231250442181>. anagoes2@ufpr.br.

³ Pós-doutora em Turismo. Docente. <http://lattes.cnpq.br/2369333680147548>. cisena01@gmail.com.

* Agradecimento especial ao CNPq pelo fomento aos novos pesquisadores por meio do PIBIC.

populacional do país. Essa pressão antrópica acentua-se com a urbanização acelerada, a construção de empreendimentos turísticos e a especulação imobiliária, frequentemente atuando em ameaça aos ecossistemas, bem como às comunidades tradicionais, muitas vezes deslocadas de seus territórios (Silva, 2021). Na ocupação especial litorânea brasileira, o turismo em massa, consolidado a partir do século XX com o avanço do estado de bem estar social e a massificação do consumo (Becker, 1999) transformaram paisagens naturais em commodities e exacerbaram desigualdades socioespaciais.

2. Metodologia

Os procedimentos metodológicos da pesquisa, focada na estruturação de base de dados e produção cartográfica, baseiam-se na abordagem qualitativa, especificamente a pesquisa documental (Godoy, 1995), com dados coletados no IBGE, IBGE Cidades e RAIS, referentes aos anos de 2022 e 2023, incluindo informações populacionais e de emprego formal na região costeira sul do Paraná. Esses dados foram organizados em planilhas e posteriormente processados no software QGIS (Quantum Geographic Information System), uma ferramenta de código aberto para a criação de mapas temáticos.

Os mapas, conforme Martinelli (2005), são fundamentais para a representação geográfica, transcendendo a simples visualização espacial ao incorporar relações sociais e comunitárias como construções simbólicas. Além disso, conforme Silva (2018), eles facilitam a comunicação e a interpretação de grandes volumes de dados, sendo uma alternativa eficaz a tabelas e planilhas.

3. Resultados e Discussões

A partir da coleta e sistematização dos dados secundários referentes aos municípios costeiros da região sul brasileira, foi produzida uma série de mapas temáticos, abrangendo aspectos socioeconômicos e ambientais. Os dados cartografados e discutidos nesta pesquisa incluem caracterização geral da costa sul brasileira e destaque aos dados do turismo no recorte alvo que são os municípios que compõem a costeira paranaense. Entre os indicadores gerais trabalhados estão: classificação dos municípios conforme o REGIC (regiões de influência das

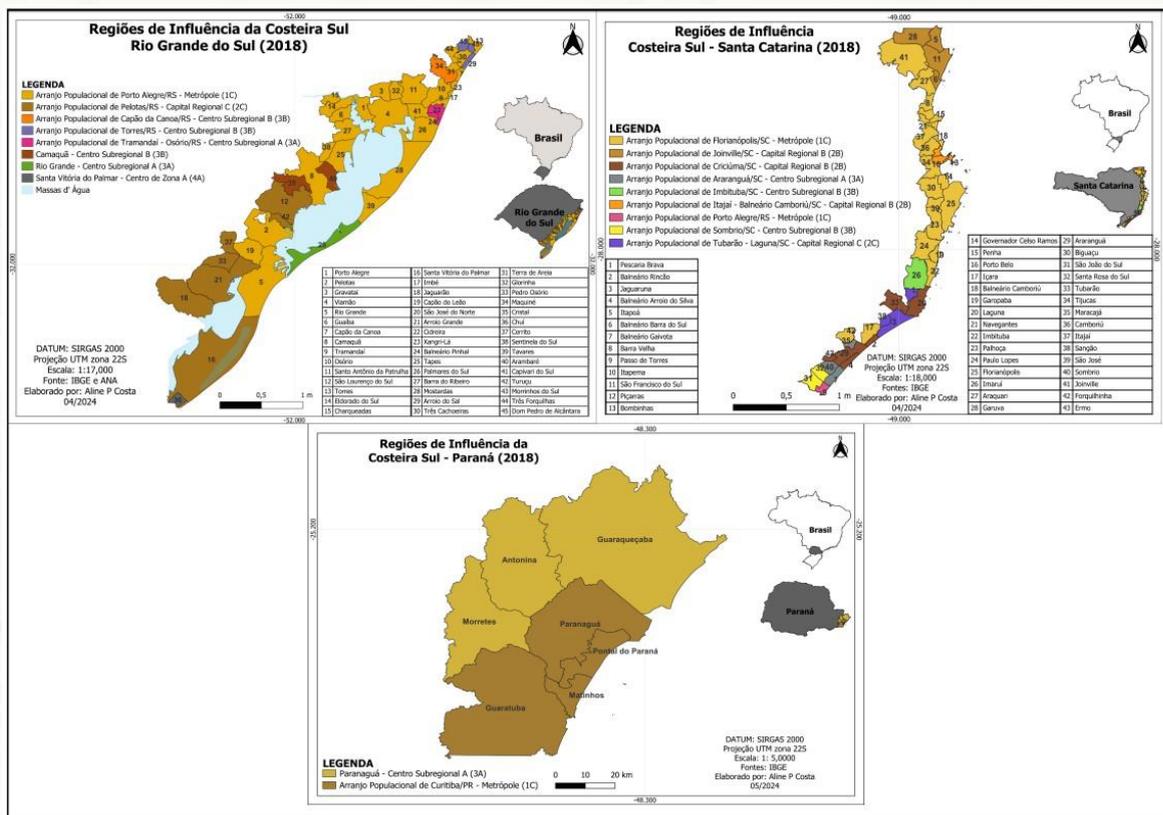
cidades), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e porcentagem de segundas residências. A sistematização dessas informações em representações cartográficas possibilita uma análise integrada das disparidades regionais e das pressões antrópicas sobre o ambiente costeiro.

A partir da década de 1970, pequenos povoados costeiros tradicionais começaram a se transformar em cidades, gerando uma intensa pressão imobiliária nas zonas costeiras do Brasil, impulsionada pela construção de casas e condomínios destinados ao veraneio, especialmente nas proximidades das grandes metrópoles regionais (Barros e Wasserman, 2022). A expansão urbana desordenada e a exploração dos recursos costeiros trouxeram desafios ambientais significativos, destacam Goya e Tessler (2022).

Os municípios costeiros pesquisados pertencem aos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e possuem suas regiões de influência das cidades classificadas de acordo com o IBGE chamada de REGIC, um levantamento realizado levando em conta os vínculos estabelecidos entre centros urbanos de hierarquia menor direcionando-se àqueles com hierarquia superior. As regiões de influência “conectam as cidades pertencentes a cada uma das redes urbanas, as cidades recebem influência, simultaneamente, de duas ou mais metrópoles” (IBGE, 2018). Existe um formato de rede constituído por um conjunto de unidades urbanas que realizam ligações entre si (IBGE, 2018).

A estruturação dos resultados, no que se refere ao contexto geral da zona costeira sul, foi organizada em figuras compostas por mapas dos três estados. A Figura 1 permite visualizar que no estado do Rio Grande do Sul grande parte dos municípios pertence ao arranjo populacional de Porto Alegre (metrópole 1C), a cidade mais populosa do estado. Já no segundo mapa, referente a Santa Catarina, a grande maioria dos municípios pertencem ao arranjo populacional de Florianópolis (metrópole 1C), também um dos municípios mais populosos do estado de Santa Catarina. Na costeira do Paraná o cenário muda, metade dos municípios pertencem ao arranjo populacional de Curitiba (metrópole 1C) e metade fazem parte do arranjo populacional de Paranaguá (centro subregional A 3A).

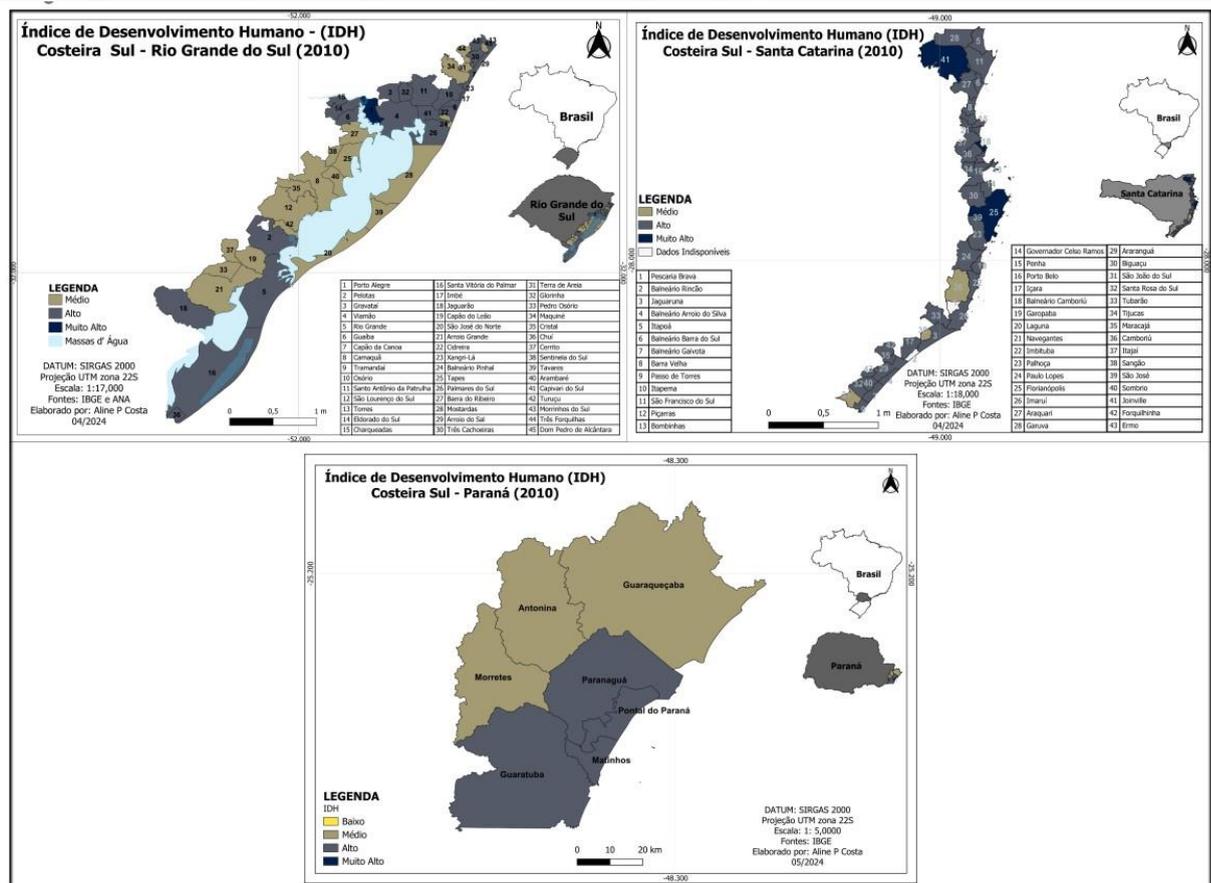
Figura 1 – Região de Influência das Zonas Costeiras do Sul do Brasil



Fonte: Costa, 2024.

A figura 2 evidencia uma disparidade significativa no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre os estados analisados. Nos municípios costeiros de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, observam-se índices classificados entre médio e muito alto, padrão que corrobora outros indicadores socioeconômicos discutidos neste estudo, como o Produto Interno Bruto (PIB). Em contraste, o litoral do Paraná apresenta uma realidade distinta, com municípios como Antonina, Morretes e Guaqueçaba exibindo índices próximos à faixa classificada como baixa. Ademais, verifica-se uma heterogeneidade interna na distribuição do IDH nesse estado: municípios com IDH médio associam-se a tendências de declínio ou estagnação populacional, enquanto aqueles com IDH alto apresentam crescimento populacional sustentado. Essa divergência sugere dinâmicas socioespaciais diferenciadas dentro do próprio território paranaense.

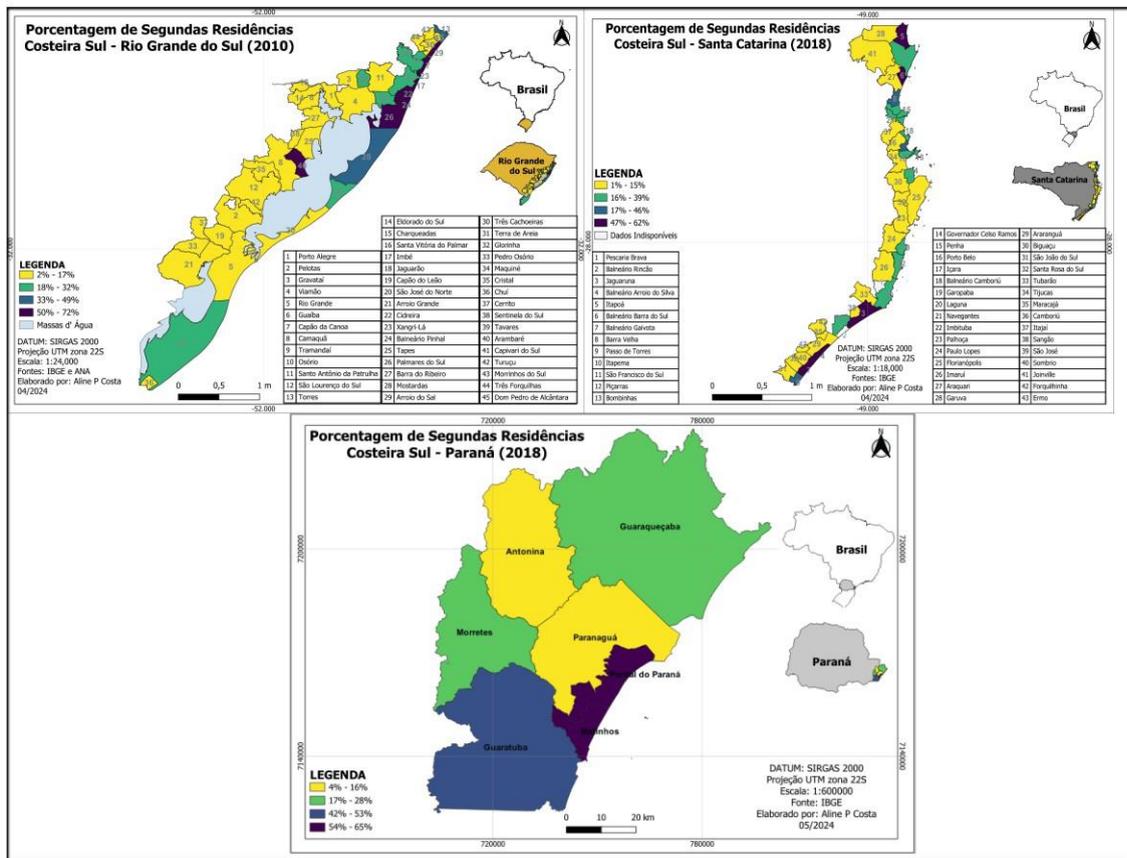
Figura 2 – IDH das Zonas Costeiras do Sul do Brasil



A população residente dos municípios costeiros também sofrem os impactos da superpopulação nos períodos de verão, seja pelo número de pessoas que ocupam a cidade nestes períodos de férias, assim como pelo número de segundas residências ocupadas pelos veranistas. Na figura 3, pode-se visualizar o número de segundas residências nas três zonas costeiras, evidenciando a pressão demográfica sazonal sobre essas regiões. De acordo com Abrahão (2006), as segundas residências estão diretamente associadas às hospedagens de finais de semana e temporadas de férias, tendo uma expansão em escala mundial desde os anos 50. Esse fenômeno causa diversos impactos socioespaciais, como a valorização dos preços dos terrenos, mudanças nas formas de ocupação do solo e disparidades nas oportunidades de trabalho e lazer. Além disso, a infraestrutura local muitas vezes se torna insuficiente para atender à demanda sazonal, gerando sobrecarga nos serviços públicos e no meio ambiente.

A figura 3 exemplifica nas três costeiras que os municípios que têm mais de 40% de segundas residências são aqueles localizados na região costeira de fato, de frente para o mar.

Figura 3 – Porcentagem de Segundas Residências nas Zonas Costeiras do Sul do Brasil



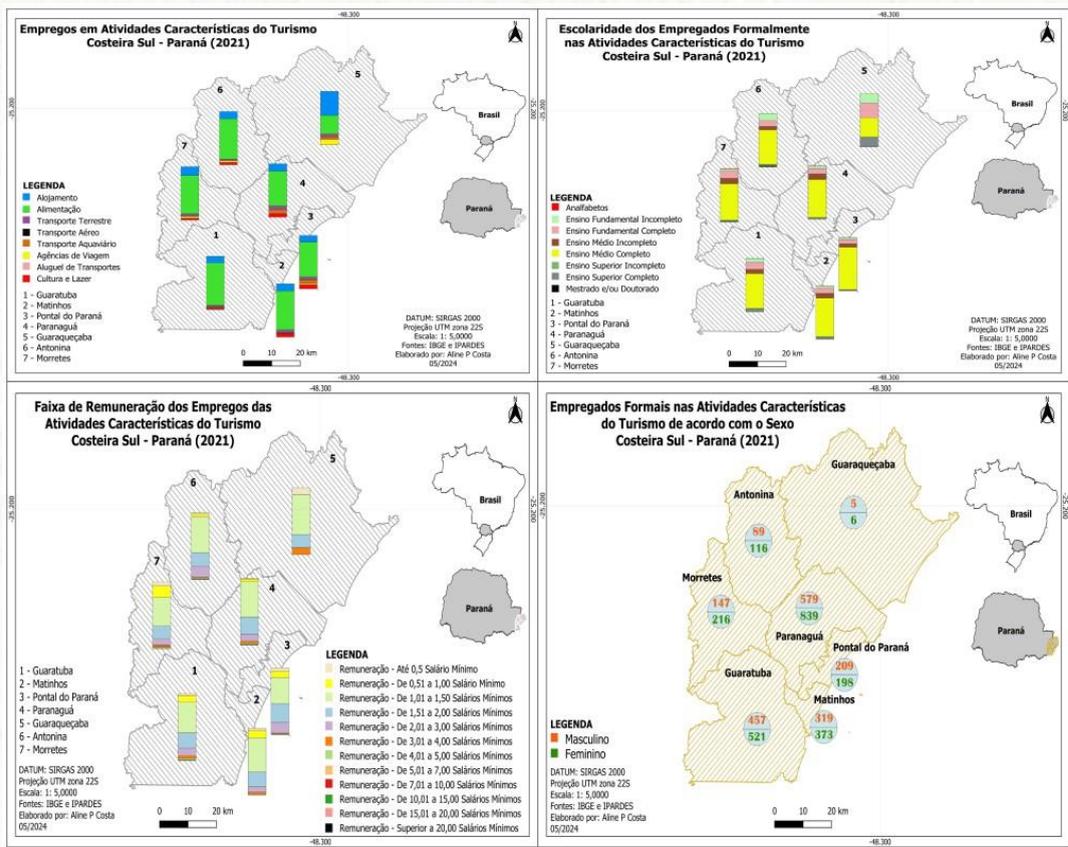
Fonte: Costa, 2024.

Essa superpopulação além de ter impactos socioespaciais como já citado anteriormente, também gera impactos diretos sobre o meio ambiente, seja no gerenciamento de todos os resíduos gerados em períodos de alta temporada, porcentagem de esgotamento sanitário existentes ou de forma direta sobre as áreas desmatadas para a construção de várias casas e prédios para dar conta da demanda de segundas residências. Por muitas vezes, essas segundas residências também são usadas como fonte de renda extra, em que os proprietários utilizam o imóvel como meio de hospedagem para outros turistas, parentes ou amigos (Abrahão, 2006).

Turismo na zona costeira paranaense

Nesta parte final da pesquisa são apresentados os dados coletados exclusivamente da costeira sul do Paraná, objeto principal de estudo deste projeto. Na figura 4 estão dados relativos às atividades características do turismo combinados à porcentagem de empregos em atividades características do turismo.

Figura 4 – Atividades Características do Turismo na Costeira Sul - Paraná



Fonte: Costa, 2024.

O Paraná tem grande relevância dentro do cenário turístico, pois apresenta um fluxo de aproximadamente 15,9 milhões de turistas, o terceiro destino de de turistas brasileiros e o quarto destino de turistas estrangeiros, o que gera em torno de R\$ 5,7 bilhões em faturamento anual proveniente das atividades relacionadas ao turismo (Melo e Marini, 2022).

No que se refere aos empregos em atividades características do turismo, pode-se perceber que em todos os municípios a atividade de alimentação é a que predomina e em segundo lugar a atividade de alojamento. As pessoas contratadas para estas atividades têm em sua maioria o ensino médio completo, recebem até 2 salários mínimos, no que diz respeito aos empregos formais. Além disso, em quase todos os municípios, à exceção de Pontal do Paraná, essas atividades são desenvolvidas por mulheres.

As cidades balneárias de Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná destacam-se como os principais destinos turísticos do litoral paranaense, impulsionadas pelo processo de

urbanização e pela alta concentração de residências de veraneio. Desde o início do século XX, essas cidades atraem principalmente moradores da Região Metropolitana de Curitiba, com cerca de 65% dos imóveis em Matinhos e Pontal do Paraná sendo de uso ocasional, considerando os dados censitários de 2010. Além disso, foram as que mais cresceram populacionalmente desde 2000, contrastando com a tendência de declínio em outros municípios paranaenses (Abrahão et al., 2020b).

É importante dizer que além dos empregos formais da economia turística da região, existem muitos empregos informais e um número significativo de micro empreendedores individuais e pequenos empresários, cujas atividades estão totalmente vinculadas ao turismo e os movimentos socioeconômicos dos municípios da região. A informalidade no litoral do Paraná é significativa, especialmente em municípios como Guaraqueçaba e Morretes, onde o percentual de trabalhadores sem carteira assinada supera a média estadual (Abrahão et al., 2020a). Nos balneários, a sazonalidade das atividades econômicas agrava essa condição. Desde 2014, o estado já registrava retração de 10% nos empregos formais, quadro que se intensificou durante a pandemia, reforçando a precarização no trabalho (Abrahão et al., 2020a).

4. Considerações Finais

Portanto, este estudo evidenciou os quadros socioeconômicos da zona costeira sul brasileira, com ênfase no litoral paranaense. Por meio da sistematização de dados secundários e da elaboração de representações cartográficas, foi possível analisar as disparidades regionais, as pressões antrópicas e as dinâmicas turísticas na região. Os resultados evidenciaram, por exemplo, a concentração de segundas residências, as diferenças no IDH entre os estados e a influência das metrópoles na organização territorial. Assim sendo, a pesquisa contribui para a compreensão das transformações socioespaciais no litoral, especialmente no Paraná, onde o turismo exerce papel central na economia, mas também acentua desafios ambientais e desigualdades. Por conseguinte, os mapas produzidos servem como ferramenta valiosa de dados para gestores públicos e pesquisadores, auxiliando no planejamento sustentável dessa região estratégica.

Referências

ABRAHÃO, M. F. A. S. Impactos ambientais e sócio-culturais do turismo de segunda residência: o caso de Ponta da Tulha, Ilhéus, BA. **Caderno Virtual de Turismo**. Vol. 6, N° 4 (2006).

BARROS, S. S.; WASSERMAN, J. C. 2. A evolução dos usos das praias e seus conceitos. In: BOMBANA, B; POLETTE, M; TURRA, A. **Gestão de praias: do conceito à prática**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, 2022. p. 36-64. ISBN 978-65-87773-36-0.

BECKER, B. K. **Levantamento e Avaliação da Política Federal de Turismo e seu Impacto na Região Costeira**. Brasília, 1997.

DA SILVA, A. E. J. **Uso De Mapas Temáticos Como Prática Metodológica do Ensino de Geografia**. Cajazeiras, 2018. Disponível em:

<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/10191/3/ANA%20ELIZABETH%20JER%C3%94NIMA%20DA%20SILVA.%20TCC.%20LICENCIATURA%20EM%20GEOGRAFIA.2018.pdf> Acesso em 29 jul 2024.

ABRAHÃO, C. M. S. et al. **1º Boletim INPRO**. Matinhos: [s. n.], 2020a. E-book (11 p.). ISBN 9786500117776. Disponível em:

https://litoral.ufpr.br/wp-content/uploads/2020/11/1o-Boletim-INPRO_compressed.pdf.

Acesso em: 4 abr. 2025.

ABRAHÃO, C. M. S. et al. **2º Boletim INPRO**. Matinhos: [s. n.], 2020b. E-book (11 p.). ISBN 9786500134247. Disponível em:

https://litoral.ufpr.br/wp-content/uploads/2020/11/2o-Boletim-INPRO_Claudio-Zancan_compressed.pdf. Acesso em 4 abr 2025.

Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) - **Municípios Costeiros, 2021**. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/34330-municipios-costeiros.html?=&t=o-que-e>. Acesso em 7 abr 2025.

Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) - **REGIC Regiões de Influência das Cidades, 2018**. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728_folder.pdf

Acesso em 10 jul 2024.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOYA, S. C. y.; TESSLER, M. G. 3. Erosão costeira: exemplos no litoral brasileiro. In: BOMBANA, B; POLETTE, M; TURRA, A. **Gestão de praias: do conceito à prática**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, 2022. p. 65-89. ISBN 978-65-87773-36-0.

MARTINELLI, M. **Os mapas da geografia**. In: XXI Congresso Brasileiro de Cartografia. 2005.

MARCOS, E. S.; MARINI, J. Análise da Dinâmica do Emprego nas Regiões Turísticas Paranaenses: uma Abordagem pelo Método Shift-Share. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**, v. 12, p. 357-379, 2022.

VITTE, A. C. **O litoral brasileiro: a valorização do espaço e os riscos socioambientais**, 2003. Disponível em: file:///D:/Desktop/Dialnet-OLitoralBrasileiro-5773121.pdf. Acesso em 10 jul, 2024.